



Estudo crítico do discurso de políticas educacionais para LGBT+ em âmbito nacional

Márcio Evaristo Beltrão¹ (PQ)

marcioevaristobeltrao@hotmail.com

Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Jussara. Rodovia GO 418, KM 1 - Bairro Alto da Boa Vista. Jussara/GO.

Resumo: Estamos vivendo um momento histórico no país de estagnação, em que a reação conservadora de políticos/as ganha força em um cenário bastante desfavorável à comunidade LGBT+. Desta forma, o objetivo deste trabalho é realizar uma análise de conjuntura para compreender os contextos de produção e recepção das últimas diretrizes educacionais para LGBT+ estabelecidas nacionalmente. Serão analisadas as principais políticas da área da Educação para questões de gênero e sexualidade na educação básica. Como aparato teórico-metodológico, serão utilizados os pressupostos da Análise Crítica do Discurso (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003) sobre análise de conjuntura. Os resultados apontam que, apesar de todo o esforço exercido por movimentos ativistas e sociais, ainda são poucas as políticas governamentais voltadas à educação daqueles/as que escapam da matriz heteronormativa de gênero e sexualidade. Além disso, percebe-se que elas não são efetivamente aplicadas, o que pode colaborar para o alto índice de crimes contra LGBT+ em cenário nacional.

Palavras-chave: Políticas Nacionais para Diversidades. Análise Crítica do Discurso. Gênero e Sexualidade.

Introdução

No campo educacional, observa-se que a criação de políticas públicas para diversidade de gênero e sexualidade no Brasil ocorre historicamente em uma arena política de disputa social acirrada. De um lado, governos municipais, estaduais e federal estabelecem metas e diretrizes por meio das quais canalizam os interesses políticos dos grupos sociais que os levaram ao poder. Do outro lado, movimentos sociais buscam representatividade na administração pública e pressionam pela

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



criação de novas políticas por intermédio das quais visibilizam as várias formas de desigualdade. Vianna (2012) destaca que essa relação conflituosa e, muitas vezes, contraditória de ambos os lados é marcada por um tenso processo de negociação, que resulta na supressão e/ou concretização de reformas e projetos.

Apesar de antiga, a inclusão de temas relacionados a questões de gênero e sexualidade em políticas educacionais ocorreu timidamente apenas no final da década de 90, por meio do lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em 1998. Nessas diretrizes, o assunto sexualidade foi elencado como um tema transversal a ser trabalhado nas áreas de conhecimento que compõem o currículo escolar. No entanto, a abordagem proposta é prescritiva, relacionando o tema sexualidade ao trinômio corpo/saúde/doença (BELTRÃO, 2016). Com isso, reduz a sexualidade à heterossexualidade e silencia a discriminação sofrida pelos grupos de LGBT+ (VIANNA, 2012).

Em 2001, é aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE/Lei 10.172/2001), no qual fica estabelecida uma série de metas para a Educação Básica e o Ensino Superior a serem alcançadas no decênio 2001/2011. No que diz respeito às questões sobre sexualidade e relações de gênero nas políticas educacionais brasileiras, esse PNE representou um retrocesso (VIANNA; UNBEHAUM, 2006; LEÃO, 2012). Nele, a questão de gênero em seus objetivos gerais não é sequer mencionada. Em relação à sexualidade, as metas, no documento, restringem-se a cursos de Ensino Superior, não contemplando os demais níveis de ensino, por exemplo, o fundamental.

O tema gênero e sexualidade passa a ser destaque no cenário político administrativo apenas no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), quando diferentes segmentos sociais alcançaram representatividade no governo federal e foram criados grandes programas e secretarias até então inexistentes nos governos anteriores. Entre elas, destacam-se a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), Secretaria Especial de Política para Mulheres (SPM) e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad).

No ano de 2004, a atuação da SEDH ensejou um dos maiores avanços históricos nas conquistas LGBT+ no Brasil. Com a participação da comunidade civil e o emprego dos Princípios de Yogyakarta sobre a aplicação da Legislação



Internacional de Direitos Humanos quanto à orientação sexual e identidade de gênero, foi criado o “Brasil sem Homofobia” – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual.

Em 2011, no início do governo da primeira mulher presidenta do Brasil, Dilma Rousseff (2011-2016), uma das ações do projeto “Brasil sem Homofobia” com grande repercussão foi a distribuição de um conjunto de materiais denominado “Kit Escola sem Homofobia”. Por meio da supervisão do Ministério da Educação, o material foi desenvolvido por importantes ONGs, como a Comunicação em Sexualidade (ECOS), a Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva (Reprolatina), a Global Alliance for LGBT Education (Gale) e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT).

Ao rotulá-lo “kit gay”, os/as políticos/as religiosos/as deturpam os objetivos do material e utilizam a polêmica em torno dele, para promoverem um discurso preconceituoso que inibiu ainda mais a realização de debates sobre gênero e sexualidade nas escolas brasileiras, em um movimento contrário ao programa “Brasil sem Homofobia”, proposto pelo governo Lula. Novamente, em uma época de avanços e retrocessos nas políticas públicas para LGBTQ+, o veto a esse material ocorre no mesmo mês em que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece a união estável para pessoas do mesmo sexo.

Em 2013, ainda no governo Dilma Rousseff, foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCN). O documento estabelece as orientações para o planejamento curricular das escolas da Educação Básica, fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Na perspectiva de um ensino mais igualitário e preocupado com questões que atingem a vida de pessoas que compõem grupos historicamente marginalizados, as DCN prosseguem na direção da inclusão social, iniciada nos projetos e políticas do governo Lula.

Em 2015, emerge um dos fenômenos mais preocupantes da história do país, representando uma ameaça às conquistas da comunidade LGBTQ+ no Brasil na área educacional: o movimento Escola sem Partido. Com a falácia de que representa os/as estudantes brasileiros/as contra a “doutrinação ideológica de docentes esquerdistas” nas escolas do país, o movimento impulsionou a criação de leis e projetos em câmaras municipais, assembleias legislativas e no Congresso Nacional.



Em 2017, o Ministério da Educação retirou todas as menções às expressões “identidades de gênero” e “orientação sexual” da Base Nacional Curricular. O documento reúne as novas diretrizes para o ensino nas escolas brasileiras. Em uma manobra política, a atuação do MEC no processo de fazer recuar as políticas educacionais para diversidade de gênero e sexualidade não despertou a atenção de muitos. Entretanto, essa alteração do documento não passou despercebida a todos. A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e relatores/as do Alto Comissariado de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) reagiram a essa alteração.

Material e Métodos

Para Fairclough (2003), as conjunturas reúnem pessoas, tecnologias e práticas em torno de projetos sociais específicos. Além disso, o nível conjuntural de um problema social pode envolver diferentes instituições. Como primeiro passo analítico em uma pesquisa que visa a superação de um problema social, Fairclough (2003) argumenta que é preciso observar a configuração social das práticas em que o discurso em foco se situa. Em relação a este trabalho, observa-se a importância de realizar um percurso histórico das conjunturas que levaram à produção das atuais políticas educacionais para LGBT+.

Desta forma, neste trabalho, serão contextualizadas as principais políticas educacionais para LGBT+ na educação básica em âmbito nacional. Como método analítico, será utilizada a Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2003), por meio do instrumento análise de conjuntura.

Resultados e Discussão

A fragilidade da democracia brasileira, provocada pelo golpe parlamentar, favorece a retirada de direitos sociais. Nesse contexto, o movimento Escola sem Partido, por meio de manobras políticas, avança ainda mais no final de 2017. A partir do caos político instaurado com a ascensão de um presidente não eleito pelo voto direto ao maior cargo político da nação, projetos contrários à inserção de temas



relativos a gênero e sexualidade na prática educativa começam a ser votados e aprovados nas casas legislativas. A esse respeito, evidências encontram-se no número de aprovações de projetos de lei proibitivos do debate acerca desses temas nas escolas. Somente entre agosto e dezembro de 2017, cinco casas legislativas das cidades de Cabo de Santo Agostinho-PE, Arapongas-PR, Sousa-PB, Petrolina-PE e Jundiaí-SP aprovaram propostas de lei nesse teor.

Em relação à retirada de todas as menções às expressões “identidades de gênero” e “orientação sexual” da Base Nacional Curricular, é possível perceber o descompromisso do governo federal com a luta dos/as LGBT+ contra as práticas discriminatórias. Em nota do órgão, a mudança no documento decorre de “ajustes finais de editoração/redação que identificaram redundâncias”. Todavia, a exclusão no texto final incide somente sobre termos relacionados à sexualidade, preservando, assim, outras formas de diversidades mencionadas anteriormente (origem, etnia, gênero e convicção religiosa). Essa supressão no documento legal cria obstáculos aos/as que lutam contra o preconceito relativo a orientações sexuais divergentes da hegemonia heteronormativa porque, ao retirar essa pauta das diretrizes educacionais, acena para a sua irrelevância. Com isso, por meio do documento, há o endosso à manutenção de práticas sociais discriminatórias.

Embora o termo “gênero” permaneça em trechos do documento, expressões como “identidades de gênero” e “orientações sexuais” desaparecem completamente. A ideia de eliminação de redundância evidencia as sutilezas do MEC para ocultar mecanismos de supressão de direitos dos LGBT+ nas diretrizes educacionais. A carga semântica do termo “gênero” não abrange necessariamente todas as discussões a respeito de identidades de gênero e orientações sexuais. Por isso, a ausência de referências específicas a esses termos pode induzir ao entendimento equivocado dos/as docentes e coordenadores/as pedagógicos/as de que o trabalho com as questões de gênero restringe-se ao debate sobre a discriminação contra a mulher, por exemplo.

Considerações Finais



Em busca da conquista de direitos, a jornada da comunidade LGBTTT, trilhada há décadas, tem sido de luta, enfrentamento e constantes (re)posicionamentos políticos. Entretanto, apesar de todo o esforço exercido por movimentos ativistas e sociais, ainda são poucas as políticas governamentais voltadas à segurança, saúde e educação daqueles/as que escapam da matriz heteronormativa de gênero e sexualidade.

Os órgãos institucionais mantenedores do ensino público no Brasil podem contribuir muito para que os/as professores/as desenvolvam práticas docentes *queer* em suas salas de aula. Entretanto, observa-se também que orientações sexuais e identidade de gênero ainda são temas ausentes nas políticas para Educação no Brasil. Tal silenciamento quanto ao assunto é preocupante e perigoso, pois fragiliza os poucos avanços que a comunidade LGBT+ conquistou na área educacional. Impulsionadas por discursos heteronormativos, muitas redes municipais e estaduais de ensino não apenas retiram o tema das orientações curriculares, mas criam leis que proíbem discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas brasileiras.

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora de doutorado Profa, Dra. Solange Maria de Barros (UFMT) pelo incentivo à pesquisa e às/aos minhas/meus colegas e alunas/os da UEG/Câmpus Jussara por contribuírem de forma significativa com este trabalho.

Referências

BELTRÃO, M. **Desestabilização de traços ideológicos homofóbicos na formação crítica de professores/as**: um estudo baseado na análise crítica do discurso. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Instituto de Linguagem, Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Área de Concentração: Estudos Linguísticos, 2015.



CHOULIARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**: rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University, 1999.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Trad./Org. Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Analysing Discourse**. Routledge: Taylor & Francis Group. London and New York, 2003.

LEÃO, A. M. C. **A percepção do(a)s professore(a)s e coordenadore(a)s dos cursos de Pedagogia da Unesp quanto à inserção da sexualidade e da educação sexual no currículo**: analisando os entraves e as possibilidades para sua abrangência. 259f. Relatório de Pós-Doutorado apresentado à Fapesp, Departamento de Psicologia da Educação, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. Políticas educacionais e superação das discriminações de gênero: o caso do PNE. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero: Gênero E Preconceito**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

VIANNA, C. **Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação**: um diálogo com a produção acadêmica. Pro-Posições, v. 23, n. 2 (68), p. 127-143, Campinas: maio/ago. 2012.